

Cibersegurança... tarefa também nossa



Carlos Pimenta

1. O Alberto com os seus 87 anos considera que já não tem idade para essas modernices informáticas, mas não abdicou de utilizar um telefone portátil em que tem de digitalizar o número, e continua com o seu antigo automóvel. Contudo continua, sem o pensar, presente na rede informática pelos documentos oficiais que possui, pelas deslocações no seu velho carro em todas as vias pagas, pelas compras que faz, sobretudo por causa do IRS e da indicação do seu número fiscal.

O seu filho e netos são mais fortemente utilizadores das novas tecnologias, sendo a grande diferença a intensidade de utilização das chamadas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, etc.). Utilizam um computador em casa, outro no emprego, têm em ambos os locais acesso à Internet, utilizam telemóveis, embora com sistemas operativos diferentes, tablet e tudo o mais que é comum.

O filho, homem maduro e com uma posição digna no tecido social, tem preocupações de segurança informática, mas dada a sua formação profissional alheia a tais temáticas aquelas são inevitavelmente limitadas. Obtidas por experiência própria, muitas delas neste ano de pandemia e, mais dependente da internet, onde se multiplicaram as tentativas de lhe sacarem dinheiro, entre 1,5 € e vários milhares. Sabe que é possível saberem dos seus usos e costumes, das suas paixões, quem são os seus amigos, quais as suas opções éticas, sociais e políticas. Basta verem como se comporta nas compras — online ou não,— nas suas procuras nos sites, incluindo nos jornais, nos enviantes e recebedores dos seus emails, nas mensagens de todo o tipo e o conteúdo dos emails enviados e recebidos. Não precisava de se preocupar porque tinha cuidados e possuía um antivírus internacional e conhecido pela sua eficácia. Também porque no dia a dia não pensava na resposta a muitas perguntas. Como podia pensar na resposta a

determinadas perguntas que nem sequer formulava?

O que é que a Microsoft sabia da sua vida? O que é que as empresas de backups e antivírus, obrigados por ele próprio a saber de cada ficheiro, sabia da sua vida? Quando dizia que aceitava todos os cookies que bloqueavam o que queria ver, quais as consequências desse acto? Será que essas empresas podem garantir que todo os seus funcionários se comportam eticamente, que não serão corrompíveis? E as questões multiplicavam-se até quase ao infinito em muitas situações.

Se atendessem a que empresas de que depende — Microsoft, Apple, Google, Amazon, etc. — são das empresas que aceitam mal pagar impostos, que fogem a estes sempre que os paraísos fiscais o permitem, pelo que vivem da subjugação dos Estados à sua riqueza, se soubesse mais sobre as fraudes nos diversos países e empresas talvez se preocupasse bem mais. Se soubesse que a utilização das informações que eventualmente têm de si são trabalháveis pela inteligência artificial e que já serviram em conflitos entre países e para lutar contra a democracia, se calhar ficaria apavorado! Mas não sabe.

Os seus filhos, com a intensa utilização das redes sociais só aceleram a publicação das suas opções de vida, os seus usos e costumes — ainda se recorda da vizinha que disse no Facebook as datas das suas férias e o local e quando regressou encontrou a sua casa roubada — e penetram no dramático mundo das notícias falsas. Mas seus filhos têm juízo, pelo que não se deve preocupar.

2. A segurança informática é hoje dos problemas preocupantes da contemporaneidade, ou não estivéssemos num mundo em que a criminalidade proliferou, o branqueamento de riqueza é uma questão central das práticas sociais contemporâneas e aqueles criminosos figuram muitas vezes, de forma

encoberta, como as elites económicas, sociais ou políticas de vários países.

Nunca, nos esqueçamos, como diz o “Relatório Cibersegurança em Portugal: Ética e Direito” (<https://www.cncs.gov.pt/>) que

“A insegurança no ciberespaço e os mecanismos de controlo e protecção cibernéticos podem ter efeitos devastadores para a dignidade da pessoa humana, com o potencial de afetar valores como a privacidade, a propriedade, a liberdade, a saúde ou mesmo a vida.

(...) Os fornecedores de cibersegurança têm de lidar com os desafios éticos associados ao conhecimento dos limites da sua própria atuação: saber até onde devem ir para garantir os propósitos de segurança e integridade das redes, sem contender com os interesses e direitos fundamentais dos vários agentes envolvidos.

A heterogeneidade dos contextos em que atua a cibersegurança e a celeridade a que se verificam as transformações tecnológicas inviabilizam a implementação de diretrizes éticas estáveis e uniformes.

(...) A promoção da cultura de transparência e da ética de responsabilidade impende sobre as entidades prestadoras de serviços, públicas ou privadas, sobre os profissionais de cibersegurança e sobre os próprios cidadãos, enquanto utilizadores das plataformas e sistemas digitais.

É fundamental o papel desempenhado pelos cidadãos, informados e educados numa ética de responsabilidade, para o adequado funcionamento das estruturas e redes digitais.”

3. Estas posições são exageradas? Certamente que não!
Como diz o filme sobre a Cambridge Analytica “Nada é Privado”.